

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE
LEI Nº 3057, DE 2000.**

PROJETO DE LEI Nº 3057, DE 2000.

(Do Sr. Bispo Wanderval)

*Dispõe sobre o parcelamento do solo
para fins urbanos e sobre a
regularização fundiária sustentável de
áreas urbanas, e dá outras providências*

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no Projeto de Lei nº 3.057, de 2000, onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. - O art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º, 2º e 3º, renumerando-se os parágrafos subseqüentes:

***"Art. 10.....
.....***

§ 1º No caso de empreendimentos geradores de impacto ambiental caracterizado como exclusivamente local, o licenciamento cabe ao órgão municipal competente.

§ 2º Para a emissão da licença ambiental de que trata o § 1º, o órgão municipal deve dispor de técnicos devidamente habilitados e em número compatível com a demanda existente.

§ 3º Na hipótese de estabelecimento, empreendimento ou atividade que, efetiva ou potencialmente, possa afetar espécies da fauna ou da flora listadas pela União como ameaçadas de extinção, o licenciamento, se não for federal, dependerá de anuência, prévia e motivada, do IBAMA.

§ 3º Havendo mais de um licenciamento ambiental em curso, o empreendedor poderá utilizar os mesmos estudos e documentos em todos eles, ressalvada a exigência de complementação. ""

JUSTIFICATIVA

A emenda visa melhor estabelecer as competências de licenciamento ambiental, matéria que não está hoje clara na legislação.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2006.

Dep. SARNEY FILHO
PV/MA